

### AUTÓGRAFO Nº. 1984

**ESTABELECE ATRIBUIÇÃO E COMPETÊNCIA DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A LEI ORGÂNICA DE SAÚDE Nº 8.080/90, A LEI Nº 8.142/90 E A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 791/95.**

#### **A CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS DECRETA:**

**Artigo 1º** - Fica o Executivo municipal autorizado a criar o Grupo Técnico de Vigilância Sanitária, subordinado diretamente ao Departamento de Saúde de Cordeirópolis e a tomar as medidas concernentes à municipalização das ações básicas sanitária.

**Artigo 2º** - As ações de vigilância sanitária de que trata o artigo 1º desta Lei Municipal serão desenvolvidas pelo respectivo serviço e devem ser definidas através de Decreto, de acordo com as diretrizes emanadas da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e do Ministério da Saúde. Assim como as atribuições inerentes às autoridades sanitárias citadas no artigo 4º desta lei.

**Parágrafo Único** - A Administração manterá estruturas física e de recursos humanos adequadas à execução das ações de vigilância sanitária no município.

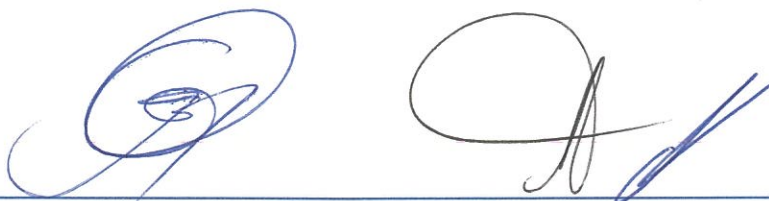
**Artigo 3º** - O Código Sanitário e toda Legislação Sanitária Federal e Estadual e as demais leis que se referem à Proteção da Saúde, do Meio Ambiente e da Saúde do Trabalhador serão adotadas como instrumentos legais às ações municipais de vigilância sanitária.

**Parágrafo Único** - Cabe ao município criar legislações, de acordo com sua realidade em caráter complementar ou suplementar às legislações vigentes, sempre que for necessário.

**Artigo 4º** - São consideradas autoridades sanitárias, para efeito desta lei:

- I - Os profissionais do grupo de vigilância sanitária;
- II - O Coordenador do grupo de vigilância sanitária;
- III - O Chefe do Departamento de Saúde; e,
- IV - O Prefeito Municipal;

**Artigo 5º** - O grupo de serviço criado nesta lei, em seu artigo 1º, deve ter seus componentes designados e credenciados através de ato legal do Chefe do Departamento de Saúde.







CORDEIRÓPOLIS - SP

**Artigo 6º** - O Serviço de Vigilância Sanitária deve utilizar impressos da Secretaria de estado de Saúde, a serem adquiridos na imprensa oficial do estado, alterando os campos referentes a identificação do órgão expedidor.

**Artigo 7º** - No julgamento das infrações sanitárias são consideradas instâncias para recursos, as seguintes autoridades sanitárias:

**I** - A chefia imediata do grupo de vigilância sanitária;

**II** - O Coordenador do Grupo de Vigilância Sanitária; e,

**III** - O Chefe do Departamento de Saúde;

**Artigo 8º** - As penalidades de multa e as taxas de serviços diversos do poder de polícia devem ter o valor definido através de Lei Municipal, de acordo com o artigo 145 da Constituição Federal.

**Parágrafo Único** - Cabe ao executivo municipal, regulamentar através de Decreto Municipal, num prazo de 30 (trinta) dias, os procedimentos necessários para o recolhimento das referidas taxas e multas.

**Artigo 9º** - A receita proveniente de multas e taxas devem ser recolhidas junto ao Fundo Municipal de Saúde, assim como aquelas provenientes da União e do Estado para o custeio das ações de vigilância sanitária.

**Artigo 10** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, 18 de março de 1998.

  
**MILTON ANTONIO VITTE**  
*Presidente*

  
**JOSÉ OSMAR MOMETTI**  
*1º. Secretário*

  
**AILTON BARBOSA**  
*2º. Secretário*